

A Produção do Conhecimento Geográfico

2

Ingrid Aparecida Gomes
(Organizadora)



 **Atena**
Editora

Ano 2018

Ingrid Aparecida Gomes
(Organizadora)

A Produção do Conhecimento Geográfico 2

Atena Editora
2018

2018 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

P964 A produção do conhecimento geográfico 2 [recurso eletrônico] /
Organizadora Ingrid Aparecida Gomes. – Ponta Grossa (PR):
Atena Editora, 2018. – (A Produção do Conhecimento
Geográfico; v. 2)

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-85-85107-79-6
DOI 10.22533/at.ed.796181211

1. Ciências agrárias. 2. Percepção espacial. 3. Pesquisa agrária
– Brasil. I. Gomes, Ingrid Aparecida. II. Série.

CDD 630

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de
responsabilidade exclusiva dos autores.

2018

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos
autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A obra “*A Produção Do Conhecimento Geográfico*” aborda uma série de livros de publicação da Atena Editora, apresenta, em seus 22 capítulos, discussões de diversas abordagens da Geografia humana, com ênfase nos movimentos sociais.

A Geografia humana engloba, atualmente, alguns dos campos mais promissores em termos de pesquisas atuais. Esta ciência geográfica estuda as diversas relações existentes (sociais, gênero, econômicas e ambientais), no desenvolvimento cultural e social.

A percepção espacial possibilita a aquisição de conhecimentos e habilidades capazes de induzir mudanças de atitudes, resultando na construção de uma nova visão das relações do ser humano com o seu meio, e, portanto, gerando uma crescente demanda por profissionais atuantes nessas áreas.

A ideia moderna da Geografia humana, refere-se a um processo de mudança social geral, formulada no sentido positivo e natural, temporalmente progressivo e acumulativo, segue certas regras e etapas específicas e contínuas, de suposto caráter universal. Como se tem visto, a ideia não é só o termo descritivo de um processo, e sim um artefato mensurador e normalizador das sociedades, tais discussões não apenas mais fundadas em critérios de relação homem e meio, mas também são incluídos fatores como planejamento, gestão, inclusão, mobilidade.

Neste sentido, este volume dedicado a Geografia humana, apresenta artigos alinhados com a migração, imigração, movimentos sociais. A importância dos estudos geográficos dessa vertente, é notada no cerne da ciência geográfica, tendo em vista o volume de artigos publicados. Nota-se também uma preocupação dos geógrafos em desvendar a realidade dos espaços escolares.

Os organizadores da Atena Editora, agradecem especialmente os autores dos diversos capítulos apresentados, parabenizam a dedicação e esforço de cada um, os quais viabilizaram a construção dessa obra no viés da temática apresentada.

Por fim, desejamos que esta obra, fruto do esforço de muitos, seja seminal para todos que vierem a utilizá-la.

Ingrid Aparecida Gomes

SUMÁRIO

TERRITÓRIO E MOVIMENTOS SOCIAIS

CAPÍTULO 1	1
ATIVIDADES CRIATIVAS E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: MÚSICA, TERRITÓRIO E CRIATIVIDADE EM TATUÍ-SP	
<i>Gustavo da Silva Diniz</i> <i>Auro Aparecido Mendes</i>	
CAPÍTULO 2	11
ESCOLAS OCUPADAS: CIDADANIA, PODER E TERRITÓRIO	
<i>Rafael Sá Rego de Azevedo</i>	
CAPÍTULO 3	43
ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL: ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS OU SISTEMAS TERRITORIAIS DE PRODUÇÃO?	
<i>Mariano de Matos Macedo</i> <i>Wilhelm Milward Meiners</i>	
CAPÍTULO 4	53
GANGUE E TERRITORIALIDADES: UM ESTUDO EXPLORATÓRIO DE PROCESSOS SOCIAIS E ESPAÇOS ENVOLVIDOS NA AÇÃO DE GANGUE EM MINAS GERAIS	
<i>Antônio Hot Pereira de Faria</i> <i>Diego Filipe Cordeiro Alves</i> <i>Alexandre Magno Alves Diniz</i> <i>Tomás Hilário Cardoso Ferreira</i>	
CAPÍTULO 5	68
O DESCOROAMENTO DA PRINCESA DO SERTÃO: DE “CHÃO” A TERRITÓRIO, O “VAZIO” NO PROCESSO DA VALORIZAÇÃO DO ESPAÇO	
<i>Nacelice Barbosa Freitas</i>	
CAPÍTULO 6	79
TERRITÓRIO E SAÚDE: REFLETINDO A REALIDADE AMAZÔNICA	
<i>Layla de Cassia Bezerra Bagata Menezes</i> <i>Edna Ferreira Coelho Galvão</i>	
CAPÍTULO 7	89
A IMIGRAÇÃO BOLIVIANA NO BRASIL: UM OLHAR ALÉM DE SÃO PAULO	
<i>Romerito Valeriano da Silva</i> <i>Daniela Martins Cunha</i>	
CAPÍTULO 8	101
MIGRAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE TERRITÓRIO: OS DESCENDENTES DE POLONESES E UCRANIANOS NA ZONA DA MATA RONDONIENSE	
<i>Jania Maria de Paula</i>	

CAPÍTULO 9	110
REDES DA MIGRAÇÃO HAITIANA NO MATO GROSSO DO SUL	
<i>Alex Dias de Jesus</i>	
CAPÍTULO 10	120
TRABALHO E MIGRAÇÃO: ANÁLISES SOBRE A POPULAÇÃO OCUPADA NO SETOR CALÇADISTA DO MUNICÍPIO DE NOVA SERRANA-MG	
<i>Luís Henrique Silva Ferreira</i>	
<i>Andressa Virgínia de Faria</i>	
<i>André Francisco de Brito Leite</i>	
CAPÍTULO 11	136
A TEORIZAÇÃO DOS TERRITÓRIOS DA CERVEJA NO BRASIL: A MATRIZ METODOLÓGICA COMO INSTRUMENTO PARA IDENTIFICAÇÃO DAS ÁREAS DE MAIOR PRODUÇÃO CERVEJEIRA NO BRASIL	
<i>Eduardo Fernandes Marcusso</i>	
CAPÍTULO 12	147
EFEITOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA SOBRE A MORTALIDADE INFANTIL NO SEMIÁRIDO BRASILEIRO PARA DADOS EM PAINEL	
<i>Everlane Suane de Araújo da Silva</i>	
<i>Neir Antunes Paes</i>	
CAPÍTULO 13	157
GEOGRAFIA E ARTE: REPRESENTAÇÕES EM ALGUMAS PAISAGENS CABRALINAS	
<i>José Elías Pinheiro Neto</i>	
<i>Lara Ferraz Rocha Pacheco</i>	
CAPÍTULO 14	167
GESTÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA EM FRONTEIRA COMO PROGRAMA DE ESTADO E A INTERDEPENDÊNCIA DE ATORES	
<i>Sergio Flores de Campos</i>	
CAPÍTULO 15	179
MEMÓRIA, CULTURA E RESILIÊNCIA NA COMPREENSÃO DA PAISAGEM DO PAMPA: CONTRIBUIÇÃO PARA UMA GEOGRAFIA INTEGRADORA	
<i>Adriano Severo Figueiró</i>	
CAPÍTULO 16	195
PATRIMÔNIO MUNDIAL DA UNESCO NO BRASIL: O CASO DAS ILHAS OCEÂNICAS DE FERNANDO DE NORONHA E ATOL DAS ROCAS	
<i>Vanda de Claudino-Sales</i>	
CAPÍTULO 17	206
UMA VIAGEM PELAS TERRAS DO SEM FIM EM BUSCA DA GEOGRAFICIDADE DA OBRA DE JORGE AMADO	
<i>Rita de Cássia Evangelista dos Santos</i>	

CAPÍTULO 18	216
PARENTALIDADES JOVENS, INVISÍVEIS E EXCLUÍDAS NO CENÁRIO DO “PRISON BOOM” BRASILEIRO: CARACTERÍSTICAS SÓCIO-DEMOGRÁFICAS DA POPULAÇÃO DE PAIS E MÃES ENCARCERADOS NA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE, BRASIL – 2014	
<i>Rafael Andrés Urrego Posada</i>	
<i>Maria Carolina Tomás</i>	
<i>Dimitri Fazito de Almeida Rezende</i>	
CAPÍTULO 19	230
ENSAIO SOBRE A ARCHÉ GEOGRÁFICA SOTEROPOLITANA	
<i>Daniel de Albuquerque Ribeiro</i>	
CAPÍTULO 20	240
NO MOVIMENTOS DAS REDES, NAS REDES DE MOVIMENTOS E OS MOVIMENTOS NAS REDES: UMA BREVE REFLEXÃO SOBRE OS MOVIMENTOS SOCIOESPACIAIS E MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS CAMPONESES E URBANOS NO BRASIL E NA ARGENTINA	
<i>José Sobreiro Filho</i>	
CAPÍTULO 21	251
O LEGADO DOS MILAGRES DE SANTA PAULINA: A INTERRELAÇÃO E CONEXÃO RELIGIOSA DOS MUNICÍPIOS CATARINENSES DE NOVA TRENTO E IMBITUBA CONSTRUINDO UM OLHAR PELA FENOMENOLOGIA	
<i>Natália Carolina de Oliveira Vaz</i>	
<i>Sylvio Fausto Gil Filho</i>	
CAPÍTULO 22	262
O SOM DA VIOLA “INVOCANO” UM SENTIMENTO TOPOFÍLICO CAIPIRA	
<i>Denis Rilk Malaquias</i>	
SOBRE A ORGANIZADORA	273

PARENTALIDADES JOVENS, INVISÍVEIS E EXCLUÍDAS NO CENÁRIO DO “PRISON BOOM” BRASILEIRO: CARACTERÍSTICAS SÓCIO-DEMOGRÁFICAS DA POPULAÇÃO DE PAIS E MÃES ENCARCERADOS NA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE, BRASIL – 2014¹

Rafael Andrés Urrego Posada

Universidade Federal de Minas Gerais,
Departamento de Demografia
Belo Horizonte – Minas Gerais

Maria Carolina Tomás

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais,
Departamento de Ciências Sociais
Belo Horizonte – Minas Gerais

Dimitri Fazito de Almeida Rezende

Universidade Federal de Minas Gerais,
Departamento de Sociologia
Belo Horizonte – Minas Gerais

RESUMO: O encarceramento parental é um evento de relevância demográfica, principalmente, em cenários de encarceramento em massa. A literatura reporta que este fenômeno causa acúmulo de desvantagens na experiência da infância e incremento da desigualdade na população infantil. No Brasil as famílias das pessoas encarceradas são praticamente invisíveis nas estatísticas oficiais, dificultando assim os estudos demográficos sobre o assunto. Este trabalho tem como objetivos: apresentar uma metodologia de coleta de dados através de um *Survey* com pais

e mães encarcerados na RMBH; com descrição detalhada do trabalho de campo e discussão das limitações e potencialidades dos dados; também, apresentar algumas características sociodemográficas da amostra de pessoas entrevistadas -lugar de procedência, sexo, escolaridade, raça, idade, estado civil-, bem como características básicas da sua fecundidade. A coleta de dados primária foi *in loco* e face a face no ano de 2014; a amostra total da população carcerária da RMBH foi de 718 pessoas. O trabalho discute a invisibilidade estatística de pais e mães aprisionados e de seus filhos. Os resultados apresentados focam-se no desenvolvimento da pesquisa e na caracterização da amostra bem como da sua fecundidade. Conclui-se que a população carcerária da RMBH é composta principalmente por pessoas negras, jovens, das camadas sociais mais pobres e com filhos, sendo que 68% dos homens e 82% das mulheres declararam ter filhos. Nossa principal contribuição é uma base de dados nova, a qual ainda não foi totalmente explorada, e tem diferentes informações para futuras pesquisas. Além de mapear características socioeconômicas de pais e mães encarcerados.

1. Os autores agradecem o apoio financeiro do Programa de Pós-graduação em Demografia da UFMG para a realização do *Survey*, bem como, o apoio e trabalho dedicado dos pesquisadores Carla Gomes Franco, Janaína Teodoro Guiginski, Jordana Cristina de Jesus, Karla Onofre da Silva, Melissa Caldeira Brant de Souza Lima e Rodrigo Coelho de Carvalho.

PALAVRAS-CHAVE: Encarceramento Parental, Região Metropolitana de Belo Horizonte, Exclusão Social, Invisibilidade Estatística, Demografia Penal.

ABSTRACT: Parental incarceration is an event of demographic relevance, especially in scenarios of mass incarceration. The literature reports that this phenomenon causes accumulation of disadvantages in the experience of childhood and increase inequality among the child population. In Brazil the families of incarcerated persons are practically invisible in official statistics, making it difficult for demographic studies on the subject. The objectives of this work are: to present a methodology for collecting data through a Survey with parents incarcerated in the RMBH; with detailed description of field work and discussion of data limitations and potentialities; as well as to present some sociodemographic characteristics of the sample of people interviewed -place of origin, sex, schooling, race, age, marital status, as well as basic characteristics of their fertility. Primary data collection was *in loco* and face-to-face in 2014; the total sample of the prison population of the RMBH was 718 people. The paper discusses the statistical invisibility of imprisoned parents and their children. The results presented focus on the development of the research and the characterization of the sample as well as its fertility. It is concluded that the prison population of the RMBH is composed mainly of black, young people, of the poorest social class and with children, with 68% of men and 82% of women reporting having children. Our main contribution is a new database, which has not yet been fully explored, and has different information for future research. Besides mapping socioeconomic characteristics of incarcerated parents.

KEY WORDS: Parental Incarceration, Belo Horizonte Metropolitan Area, Social Exclusion, Statistical Invisibility, Demography of Punishment.

1 | INTRODUÇÃO

Atualmente, com aproximadamente 744.000 detentos, o Brasil é considerado o país com a terceira maior população carcerária do mundo (CNJ, 2014). O país vem apresentando um panorama de *mass imprisonment* com crescimento exponencial do seu sistema penal, e simultaneamente, concentração do aprisionamento das camadas mais pobres e racialmente discriminadas (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2015).

Particularmente, durante a última década, o Estado de Minas Gerais experimentou um fortalecimento de suas políticas punitivas, sendo que, sua população carcerária cresceu 624% entre 2005 e 2012 (Ibid.). Com cerca de 58 mil reclusos, em 147 unidades penais, o Estado possui a segunda maior população carcerária do Brasil (SEDS, 2016). Ademais, em Minas Gerais construíram-se várias unidades penais, ampliaram-se as vagas de agentes penitenciários, e estabeleceram-se parcerias público-privadas para terceirização de serviços (GUIMARÃES, 2006). Segundo os dados do Ministério da Justiça, a população carcerária de Minas Gerais é majoritariamente composta por pessoas, negras (66,6%), de baixa escolaridade (61,2% tem ensino fundamental incompleto ou é analfabeto) e de idade jovem (55,7% está na faixa dos 18 aos 29

anos) (INFOPEN, 2012).

No Brasil, os dados sociodemográficos sobre sua população prisional são precários (AMARAL; AGA, 2013; DEPEN, 2011; MUSUMECI, 2004); e há uma total invisibilidade das crianças com pais ou mães encarcerados dentro das estatísticas oficiais (ORMEÑO; MAIA; WILLIAMS, 2013). De fato, até o ano de 2015, não se encontraram pesquisas demográficas sobre parentalidade das pessoas encarceradas, sendo que possivelmente, o presente estudo seja um dos pioneiros na área dos estudos populacionais em explorar o tema do encarceramento parental no Brasil.

A literatura dos Estados Unidos revela que o encarceramento parental, no contexto do auge do encarceramento em massa, é uma experiência histórica única e nova na vivência da infância no nível populacional (WILDEMAN, 2009). Trata-se de uma experiência potencialmente traumática que, pode gerar problemas no desenvolvimento das crianças (GELLER et al., 2012; HARRIS et al., 2010); facilita o acúmulo de desvantagens na experiência da infância bem como a desestruturação das famílias com pais e/ou mães encarcerados, e conseqüentemente aumenta a desigualdade social -principalmente entre as crianças- (WAKEFIELD; WILDEMAN, 2014; WESTERN; WILDEMAN, 2009).

Além disso, crianças e jovens, com experiência de encarceramento parental, parecem ter menor chance de sucesso escolar e de entrarem posteriormente no mercado de trabalho. Entretanto, essa experiência, eleva o risco dos filhos entrarem na criminalidade e serem encarcerados no futuro, razão pela qual afeta o sistema de justiça criminal e a segurança pública ao multiplicar a criminalidade (DALLAIRE, 2007; GELLER; GARFINKEL; WESTERN, 2011; WILDEMAN, 2009). Dessa forma, constitui-se em um forte mecanismo de exclusão social intergeracional (FOSTER; HAGAN, 2009).

Assim, partindo de informações coletadas em 2014 por meio de um *survey* aplicado numa amostra da população carcerária da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) -formada por 718 detentos e detentas-, este trabalho primeiramente visa analisar algumas características sócio-demográficas dos pais e mães encarcerados - lugar de procedência, sexo, escolaridade, raça, idade e estado civil-. Também propende examinar algumas características da sua fecundidade (sendo que 68% dos homens e 82% das mulheres declararam ter filhos). Além disso, apresentam-se detalhes sobre o trabalho de campo e se discute sobre as limitações e as potencialidades dos dados.

Ressalta-se que este trabalho faz parte de um projeto de pesquisa mais amplo sobre o encarceramento parental na RMBH, o qual permitiu a construção de um banco de dados de uma amostra da população carcerária da RMBH, com diversas variáveis sobre características sociodemográficas dos detentos(as) e dos seus parentes mais próximos. A primeira análise de dados resultou na dissertação de mestrado defendida por Posada (2015), por ser uma base rica em informações, vale ressaltar que ela ainda não foi totalmente explorada, com uma grande possibilidade de análises.

Dessa forma, este artigo é também um convite para os pesquisadores das

ciências sociais, bem como, para os encarregados do planejamento de políticas públicas, para se aproximar à situação das famílias das pessoas encarceradas, e mais especificamente à condição dos filhos. Sendo que, no Brasil, ainda não temos respostas para perguntas do tipo: quantas crianças estão experimentando e quantas já experimentaram o encarceramento de um ou ambos os pais? Qual o suporte familiar dessas crianças? Como é o desempenho delas na escola? Quais as taxas de encarceramento intrafamiliar de um pai ou de uma mãe presos? Qual o risco de uma criança experimentar o encarceramento parental segundo sua raça ou sua classe social? Qual o impacto do encarceramento parental no desenvolvimento infantil? Como o encarceramento em massa afeta a dinâmica demográfica das famílias e das comunidades atingidas pelo encarceramento dos seus membros?, etc.

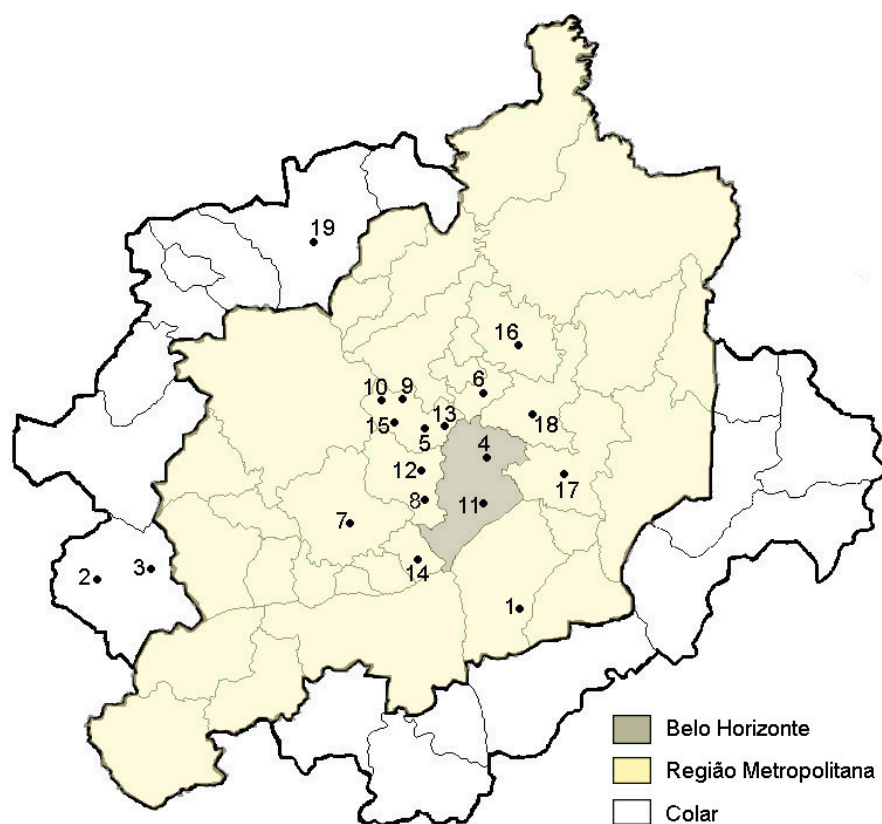
2 | DADOS E MÉTODOS

A maior dificuldade para abordar questões relativas à parentalidade de pessoas encarceradas é a escassez de dados sobre suas famílias. De fato, encontrar informações completas e de qualidade sobre a população carcerária brasileira é uma tarefa difícil. Ainda que o Departamento Penitenciário Nacional tenha desenvolvido um sistema de informações sobre o sistema prisional e sobre a população carcerária, o Infopen -que é alimentado pelos órgãos de administração penitenciária-, ainda não fornece informações coerentes já que muitas das fontes das que se alimenta fornecem dados inconsistentes ou incompletos, dificultando o seu sucesso (AMARAL; AGA, 2013; DEPEN, 2011; MUSUMECI, 2004). Além disso, o Infopen não tem informações sobre as famílias das pessoas encarceradas.

Já os Censos Demográficos do IBGE, desde 1960 até 2010, possuem informações sobre as pessoas encarceradas com sentença definitiva declarada, considerando-as como moradoras de um tipo de espécie de domicílio: as penitenciárias, presídios e/ou casas de detenção. Porém, isso significa que, nos censos, os presos provisórios não são considerados como moradores de estabelecimentos penais, sendo que atualmente cerca de 38% da população carcerária é de presos provisórios (INFOPEN, 2012). Os Censos brasileiros oferecem algumas informações relacionadas às famílias das pessoas encarceradas: seu estado civil, a sobrevivência de suas mães, e o número de filhos da população carcerária feminina condenada. Mas, sem informações sobre os filhos dos homens encarcerados, e sem informações sobre presos provisórios, as estimativas sobre encarceramento parental a partir dos censos não fornecem uma caracterização de toda população encarcerada.

Considerando que as bases de dados oficiais dificilmente conseguiriam responder às perguntas do projeto de pesquisa, decidiu-se, portanto pela coleta primária de dados, através de um *survey* para a Região Metropolitana de Belo Horizonte no ano de 2014. O *survey* foi aplicado para uma amostra de 718 pessoas encarceradas, sendo

455 homens e 263 mulheres, em 19 estabelecimentos penitenciários da RMBH. Esses estabelecimentos localizam-se em diferentes municípios da RMBH visando uma maior diversidade de detentos, famílias e localidades. A seguir, apresenta-se um mapa da localização destes estabelecimentos.



1. APAC de Nova Lima (Nova Lima)
2. APAC Feminina de Itaúna (Itaúna)
3. APAC Masculina de Itaúna (Itaúna)
4. Casa do Albergado Presidente João Pessoa (Belo Horizonte)
5. Centro de Apoio Médico e Pericial (Ribeirão das Neves)
6. Centro de Referência da Gestante do Sistema Prisional (Vespasiano)
7. Centro de Remanejamento do Sistema Prisional (Betim)
8. Centro de Remanejamento do Sistema Prisional (Contagem)
9. Complexo Penal Parceria Público Privada – I (Ribeirão das Neves)
10. Complexo Penal Parceria Público Privada – II (Ribeirão das Neves)
11. Complexo Penitenciário Feminino Estevão Pinto (Belo Horizonte)
12. Complexo Penitenciário Nelson Hungria (Contagem)
13. Penitenciária José Maria Alkimin (Ribeirão das Neves)
14. Presídio de Ibirité (Ibirité)
15. Presídio Feminino Jose Abranches Goncalves (Ribeirão das Neves)
16. Presídio de Lagoa Santa (Lagoa Santa)
17. Presídio Sabará (Sabará)
18. Presídio de Santa Luzia (Santa Luzia)
19. Presídio de Sete Lagoas (Sete Lagoas)

Mapa 1 – Localização dos estabelecimentos penitenciários da amostra na Região Metropolitana de Belo Horizonte

Fonte: Elaboração própria

Um dos critérios usados para amostragem dos entrevistados, bem como na escolha dos estabelecimentos penais, foi a natureza de tais estabelecimento, ou seja, a sua finalidade. Sendo que o sistema penitenciário de Minas Gerais possui unidades para o tratamento de diferentes tipos de detentos(as): presos provisórios (presídios e Centros de Remanejamento do Sistema Prisional - CERESP); condenados (Penitenciárias, Complexos Penais e as unidades da Associação de Proteção e Assistência aos Condenados - APAC); de submetidos à medida de segurança e/ou com doenças infectocontagiosas ou psiquiátricas (Centro de Apoio Médico e Pericial); em regime aberto (Casas do albergado); e mulheres gestantes ou com filhos pequenos (Centro de Referência da Gestante privada de liberdade). Porém, é importante ressaltar que na prática, por causa do crescimento excessivo da população carcerária em relação ao número de vagas disponíveis, a natureza das unidades não é totalmente respeitada. Durante a realização da pesquisa visitaram-se estabelecimentos de todos os tipos conforme esse primeiro critério. A Tabela 1 mostra como foi feita a distribuição percentual das pessoas entrevistadas segundo o tipo de estabelecimento onde se encontravam reclusas.

Tipo de estabelecimento	Sexo da população que alberga	Percentual na capacidade total	Percentual na amostra masculina	Percentual na amostra feminina
APAC	Masculino e feminino	2,00	7,25	3,42
Casa do Albergado	Masculino e feminino	0,43	1,10	0,00
Centro de Apoio Medico e Pericial	Masculino	0,40	1,54	0,00
Centro de Referencia da Gestante Privada de Liberdade	Feminino	0,36	0,00	15,21
CERESP	Masculino	13,29	13,63	0,00
Complexo penitenciário	Masculino e feminino	20,16	21,54	52,09
Penitenciária	Masculino e feminino	12,02	9,89	0,00
Presídio	Masculino e feminino	51,34	45,05	29,28
Total	--	100,00 (n≈25000)	100,00 (n=455)	100,00 (n=263)

Tabela 1 – Distribuição da amostra da população carcerária da Região Metropolitana de Belo Horizonte segundo o tipo de estabelecimentos penitenciário

Vale a pena ressaltar que, inicialmente, considerou-se uma amostra de 400 pessoas distribuídas proporcionalmente segundo a composição por sexo da população carcerária informada pelo Infopen (2013), isto é: 94% homens e 6% mulheres, no caso da amostra isto se traduziria em 376 homens e 24 mulheres. Esta amostra de 400 pessoas garantiria um erro amostra tolerável de 5% e permitiria fazer uma extrapolação

para a população prisional da RMBH como um todo.

Porém, sem deixar de lado esta amostragem com 400 pessoas considerou-se que para efeitos de comparação do encarceramento paterno e do encarceramento materno era necessário expandir a amostra de mulheres. Assim, no final entrevistaram-se 455 homens e 263 mulheres, quantidade da qual facilmente pode-se tirar uma sub-amostra de 400 pessoas com as características mencionadas acima, e, ao mesmo tempo, permite realizar uma comparação segundo o sexo.

2.1 Instrumentos de pesquisa

O principal instrumento para coletar as informações foi um questionário com perguntas fechadas e abertas. Não obstante, foram incorporados instrumentos etnográficos: diário de campo; e, observações, que surgiram no decorrer da aplicação do *survey*, sendo coletadas e registradas pelos pesquisadores de forma simultânea com este último. A pesquisa ficou em campo no período de abril a julho de 2014, contou com 7 entrevistadores todos alunos do Programa de Pós Graduação em Demografia do CEDEPLAR. As entrevistas tiveram duração de cerca de 30 minutos, a seguir se descreve o conteúdo delas.

O questionário possui duas versões, uma para homens e outra para mulheres. As duas versões são compostas de 6 partes: A) Características sócio-demográficas básicas da pessoa encarcerada, da sua família e seu de domicílio, tais como ; B) Fecundidade e situação dos filhos; C) Histórico de encarceramento pessoal; D) Encarceramento intrafamiliar e situações de risco de encarceramento; E) Economia familiar; F) Saúde física e mental.

A parte A) perguntou sobre lugar de moradia, escolaridade, religião, ocupação, idade, raça, estado civil, e número de irmãos e irmãs nascidos do mesmo pai e mãe da pessoa encarcerada. Também perguntou sobre alguns eventos importantes na trajetória de vida: parentesco com a pessoa encarregada do seu cuidado durante a sua própria infância; experiência de divórcio e de mortalidade parental durante a infância; e a idade de saída da casa dos pais. Nessa parte, há também questões sobre características dos parentes mais próximos: raça dos pais e do(a) cônjuge ou parceiro(a); escolaridade do(a) cônjuge ou parceiro(a); sobrevivência, estado civil atual e número de total de filho(as) do pai e da mãe. Além disso, investigou algumas características do domicílio no que a pessoa morava imediatamente antes de ser encarcerada: parentesco do chefe do domicílio; e, quantidade de moradores, seu parentesco e idade atual.

A parte B) indagou sobre o número de filhos(as) biológicos(as) e adotivos(as) ou enteados(as) das pessoas encarceradas, bem como sobre suas características individuais: idade; ocupação dos filhos maiores de 5 anos; grau escolar atual, rendimento e experiência de evasão escolar dos filhos que estão estudando; experiência de conflito com a lei e de reclusão dos filhos maiores de 12 anos; experiência de discriminação

por encarceramento parental; e, lugar de moradia atual. Ademais, esta parte tem perguntas sobre o número de parceiros(as) com os que a pessoa encarcerada teve filhos, sobre o número de divórcios que experimentou, e sobre se espera encontrar os filhos depois de sair da prisão. Além disso, questionou-se sobre o parentesco do(s) cuidador(es) alternativo(s) ou provisório(s) dos filhos menores de idade.

Vale ressaltar que a parte B) da versão do questionário utilizado para entrevistar as mulheres tem três perguntas que não aparecem na versão utilizada com os homens: 1) Algum dos seus filhos ou filhas alguma vez ficaram com você dentro do presídio?; 2) Quais são as idades atuais desses filhos?; e, 3) No momento, você está grávida?. As duas primeiras não foram usadas no questionário para os homens devido à Lei de Execução Penal, bem como às limitações ao exercício da paternidade do sistema carcerário; e, a terceira pergunta, por razões óbvias, foi substituída pelo questionamento: No momento, seu cônjuge ou namorada está grávida?. Vale a pena dizer que as únicas diferenças substanciais entre as duas versões do *survey* estão nestas três perguntas.

Na parte C), o questionário foca na(s) experiência(s) de encarceramento, questionando sobre o número de vezes que a pessoa já foi encarcerada, bem como, as datas de entrada e saída destes encarceramentos. Aqui, pergunta-se também sobre o delito ou infração pela qual a pessoa encontra-se encarcerada, se a pessoa já foi julgada por essa infração, e quantos anos de condenação tomou no julgamento.

Já na parte D), inquiriu-se se o pai ou a mãe já foi preso alguma vez, se estes encarceramentos aconteceram durante a infância da pessoa entrevistada, e se esta última foi discriminada pela experiência de encarceramento parental. Avaliou-se também se o(a) cônjuge ou o(a) parceiro(a) atual e/ou outros parentes já foram encarcerados. A respeito deste últimos pergunta-se o parentesco e a linhagem (materna ou paterna). Examinou-se também, quantas pessoas próximas à pessoa encarcerada -amigos, vizinhos, ou conhecidos- já foram presos; se ela tem parentes com doenças mentais ou que usem drogas, bem como o parentesco e a linhagem desses parentes. Finalmente, perguntou-se se a pessoa foi influenciada por familiares, ou por amigos, para cometer delitos, e se o encarceramento enfraqueceu os laços afetivos na sua família.

A parte E) indagou a respeito de alguns aspectos econômicos individuais e familiares: se a pessoa trabalha dentro do estabelecimento penal, se esse trabalho é para alguma empresa, se recebe remuneração em dinheiro por esse trabalho, quanto recebe e como gasta esse dinheiro; se recebe auxílio reclusão e quem são os beneficiários do auxílio; se tem parentes que recebam algum benefício econômico do governo, e em caso tal, qual o parentesco desses parentes.

Finalmente a parte F) abordou o tema da saúde e bem-estar das pessoas entrevistadas perguntando se recebem visitas dos filhos, e/ou visita íntima; se utilizam contraceptivos durante a visita íntima e que tipo de contraceptivos; se atualmente usam medicamentos e quais medicamentos; se usavam drogas antes de serem

encarceradas e que tipo de drogas; se foram maltratadas fisicamente na infância; e por último, se pensaram em suicidar-se.

As principais limitações foram:

Em primeiro lugar a seleção dos estabelecimentos penais. A Suapi-MG (Subsecretaria de Administração Prisional de Minas Gerais), autorizou o ingresso da equipe apenas nos estabelecimentos onde haviam disponíveis tanto a estrutura quanto o pessoal de segurança necessários para a realização das entrevistas, o que a princípio pode parecer positivo para o andamento da pesquisa. Contudo, aqueles estabelecimentos com estrutura mais precária e possivelmente com maiores índices de superlotação não foram visitados, razão pela qual, se existir um perfil diferente de pessoas reclusas nestas unidades, esse perfil ficou sub-representado ou ausente na análise.

Além disso, mesmo com o objetivo de se obter aleatoriedade na seleção das pessoas entrevistadas isso não foi o que se teve. Já que não conseguimos realizar um sorteio, foram os agentes de segurança que escolheram os entrevistados, e estes últimos participavam de forma voluntária por meio do TCLE (Termo de Consentimento Livre e Esclarecido). Assim, vale a pena assinalar que as pessoas que se recusaram abertamente a participar, ou aquelas que simplesmente foram desconsideradas pelos agentes devido ao fato de estarem ao fundo das celas coletivas mostrando pouca vontade de sair para participar da pesquisa, possivelmente eram pessoas com um perfil peculiar com relação ao impacto psicológico causado pelo encarceramento. Além disso, foram descartados dois questionários devido a notórios problemas de saúde mental que refletiam inconsistências evidentes nas respostas. Desta forma, provavelmente de algum modo uma parcela de perfis psicológicos, talvez relacionados com o impacto do encarceramento, ou mesmo relacionados ao motivo pelo qual foram encarcerados, não tenham entrado na análise.

Ademais, existem vieses relacionados com os informantes. Por um lado, no que tange às informações sobre a família e os filhos, já que pela condição de isolamento, as pessoas encarceradas têm pouco contato com seus parentes, razão pela qual podem existir vieses de memória e até de desconhecimento da realidade atual dos membros das suas famílias. Por outro lado, nas perguntas sobre encarceramento intrafamiliar, a influência de familiares e amigos para cometer delitos, e sobre parentes que usam drogas, pode existir um sub-registro devido à tendência de ocultar esse tipo de informações por causa do tabu, estigma, preconceito, ou mesmo pela condição de ilegalidade envolvida nessas questões, e até pelo sentimento de lealdade e provimento de proteção à integridade dos membros da família.

Da mesma forma, podem também existir certos tipos de vieses relacionados a informações pessoais, como o tipo de delito pelo qual a pessoa encontra-se encarcerada, principalmente quando as pessoas ainda não foram julgadas ou no caso dos delitos chamados de “hediondos”. No primeiro caso, as pessoas estariam sempre respondendo sobre o delito que elas acham que é o motivo pelo qual estão presas,

e no segundo caso o delito pode ser ocultado por causa de constrangimentos. Este último fato também pode acontecer com as respostas sobre uso de drogas e até de medicamentos psiquiátricos ou para doenças transmitidas sexualmente.

Existem também erros de memória quanto ao número de filhos –principalmente quando as pessoas têm muitos filhos e, no caso de alguns homens, que não têm certeza da quantidade dos filhos que têm. Os erros de memória também podem existir quanto à confirmação das idades ao sair da casa dos pais, e quanto à lembrança das datas de entrada e saída da prisão nos diferentes eventos de encarceramento, principalmente relativos àquelas pessoas com altas taxas de reincidência.

Finalmente, em alguns casos o conceito “filho enteado ou adotivo” foi interpretado como afilhado ou sobrinho, mas é difícil saber até que ponto este seria um erro ou se nestes casos realmente os sobrinhos ou afilhados poderiam ser simultânea, e literalmente, considerados filhos adotivos ou enteados.

3 | RESULTADOS INICIAIS

Nesta seção, as características sócio-demográficas descritas da amostra são lugar de procedência, sexo, escolaridade, raça, idade, estado civil e fecundidade.

As pessoas entrevistadas, em sua maioria, declararam morar em Minas Gerais imediatamente antes de serem encarceradas (95,8%). Ademais, 4,2% declararam que moravam em outros Estados, e o 0,14% declarou que morava fora do Brasil. Entre as pessoas que declararam morar em Minas Gerais, 34,3% afirmaram que morava em Belo Horizonte e 40,8% declararam vir de outros municípios que compõem a sua região metropolitana: Contagem (7,7%), Santa Luzia (7,1%), Betim (3,92%), Lagoa Santa (4,1%), Sabará (4,1%), Ibirité (2,6%), Nova Lima (3,5%), Ribeirão das Neves (2,3%), Vespasiano (1,6%) e municípios restantes da RMBH (3,9%). Além disso, 9,3% declararam que eram de Sete Lagoas, 1,9% de Itaúna e 13,7% de outros municípios mineiros.

Por outro lado, considerou-se que as pessoas encarceradas em instituições penais para homens eram do sexo masculino e as pessoas encarceradas em instituições penais, ou pavilhões, para mulheres eram do sexo feminino. Dessa maneira, a amostra foi composta por 455 homens (63,4%) e 263 mulheres (36,6%). Contudo, entre os homens, observou-se o caso de um indivíduo que se declarou em condição de transgênero, identificando-se como mulher. Já entre as mulheres, 11 declararam ter relações homoafetivas (4,2% da mostra de mulheres) e uma delas se declarou em condição de transgênero, identificando-se como homem. Nenhum homem declarou-se abertamente estar envolvido em relações homoafetivas, o que não significa que essas relações não aconteçam entre os homens encarcerados.

Com relação à escolaridade, as respostas foram agrupadas em quatro categorias: 1) Nível de escolaridade “muito baixo”, que agrupa as pessoas sem educação formal

e as que não completaram o Ensino Fundamental (50,2% das mulheres e 61,5% dos homens). 2) Nível de escolaridade “baixo”, que se refere às pessoas com Ensino Fundamental completo e as que não completaram o Ensino Médio (28,9% e 24,4% respectivamente). 3) Nível de escolaridade “médio”, ou seja, pessoas com Ensino Médio completo ou com Ensino Superior incompleto (20,5% e 13,2%). 4) Nível de escolaridade alto, isto é, com Ensino Superior completo (0,4% e 0,9%).

No que se refere à composição racial, entre as mulheres, a proporção que se pode considerar como mulheres negras é 73,8%, das quais 31,4% se declararam pretas e 68,56% pardas. Por outro lado, 21,3% afirmaram ser da cor/raça branca, 2,7% da indígena, 1,9% da amarela e um 0,4% declarou não saber sua raça nem sua cor. No caso dos homens, pode-se considerar que 78,7% são negros, dos quais 26,3% se declararam pretos e 73,7% pardos. 19,8% dos homens entrevistados afirmaram ser brancos, 1,1% indígenas, 0,2% amarelos e 0,2% declarou não saber sua raça nem sua cor. Estes dados coletados sobre a identidade racial, confirmam uma sobre-representação das pessoas negras dentro do sistema carcerário mineiro em comparação com as da sociedade em geral.

A amostra tem uma idade média de 30 anos, com uma amplitude entre os 18 e os 74 anos (o desvio padrão é 9,4). A amostra da população feminina é um pouco mais velha do que a masculina, pois a idade média das mulheres é 30,5 (amplitude de 18 a 67 e D.P 9,0), enquanto a idade média dos homens é 29,7 (amplitude de 18 a 74 e D.P 9,6).

No que tange ao Estado Civil, é importante ressaltar que tanto mulheres quanto homens declararam ser principalmente solteiras e solteiros, 52,1% e 50,3%, respectivamente. A segunda categoria de estado civil com maior representatividade é a de união consensual, na qual encontram-se 28,9% das mulheres e 30,8% dos homens. Dessa forma, menos de um quinto da amostra feminina, bem como da masculina, ficou distribuída nas categorias casada(o), divorciada(o) ou separada(o) e viúva(o). Nessas três últimas categorias, há diferenças por sexo que valem a pena ser explicitadas. A primeira é que há uma maior proporção de homens casados em comparação com as mulheres (13% para 7,2%). Além disso, as mulheres declararam, em maior proporção, estarem divorciadas, separadas ou viúvas (11,7%) do que os homens (5,9%).

Desta maneira, os homens, comparativamente com as mulheres, encontram-se em maior proporção num relacionamento estável – seja através do matrimônio ou da união consensual –, isto é, 43,7% dos homens para 36,1% das mulheres. Por sua vez, as mulheres ficam mais concentradas, em comparação com os homens, nas categorias atreladas à ausência de relacionamento estável, ou seja, solteiras, viúvas, divorciadas ou separadas (63,8% das mulheres estão distribuídas nessas categorias, em comparação com 56,2% dos homens).

Os dados coletados através do *survey* confirmaram que, efetivamente, na sua maioria, as pessoas encarceradas são pais ou mães: 67,9% dos homens e 81,8% das mulheres que foram entrevistados declararam que já tiveram filhos nascidos

vivos. Além disso, 13,9% dos homens e 11,8% das mulheres declararam ter filhos, enteados ou adotivos. E, como se viu anteriormente, trata-se de uma fecundidade principalmente não marital. A média de filhos biológicos nascidos vivos é de 1,6 para os homens e de 2,1 para as mulheres, e de filhos enteados ou adotivos é de 0,29 e 0,24, respectivamente. No que tange às pessoas sem filhos, entre os homens esse grupo corresponde a 27,0%, e, entre as mulheres, a 14,8% (ver Tabela 2).

Variável	Mulheres (n=263)	Homens (n=455)
Percentual de pessoas que declararam que já tiveram filhos(as) nascidos(as) vivos(as)	81,8	67,9
Média de filhos(as) nascidos(as) vivos(as) (D.P)	2,1 (1,8)	1,6 (1,9)
Percentual de pessoas que declararam ter filhos(as) enteados(as) ou adotivos(as)	11,8	13,9
Média de filhos(as) enteados(as) ou adotivos(as) (D.P)	0,2 (0,7)	0,3 (0,8)
Percentual de pessoas sem filhos biológicos nem enteados ou adotivos	14,8	27,0

Tabela 2 - Declaração de ter filhos(as) nascidos(as) vivos(as); média de filhos(as) nascidos(as) vivos (as); declaração de ter filhos(as) enteados(as); e média de filhos(as) enteados(as) ou adotivos(as), segundo o sexo das pessoas entrevistadas

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa.

No total, foram contabilizados 1.425 filhos biológicos e adotivos – ainda vivos na data da pesquisa –, além de 20 que já haviam falecido. Dos 1.425, 50,5% são mulheres e 49,5% são homens, sendo que 81,1% são menores de 18 anos.

Observa-se também que mais de 50%, tanto das mulheres quanto dos homens com filhos, relataram que já tinham experimentado um ou mais divórcios ao longo da vida. A tendência em experimentar o divórcio ou a separação em um relacionamento estável é mais frequente entre as mulheres do que entre os homens. 57,3% das mulheres declararam ter experimentado pelo menos um divórcio ou separação e 16,0% reportaram ter experimentado três ou mais. No entanto, entre os homens, 51,5% apresentaram um ou mais divórcios/separações e 7,3% três ou mais.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sabe-se que as características e experiência dos pais são importantes para o desenvolvimento e resultados dos filhos. Se a literatura evidencia que o encarceramento parental é uma experiência que afeta a vida dos filhos no curto e no longo prazo, então, no primeiro momento é importante analisar as características dos genitores encarcerados.

Sendo que no Brasil as informações sobre a população carcerária são precárias, e os filhos e as famílias dos presos são praticamente invisíveis nas estatísticas oficiais, este trabalho objetivou a coleta de informações sociodemográficas, através de um *survey*, sobre as pessoas encarceradas na RMBH e seus parentes mais próximos. Expuseram-se aqui os principais detalhes do trabalho de campo e as limitações dos dados. Sobressai que a pesquisa *survey* é uma ferramenta importante para suprir a escassez de dados sobre as famílias das pessoas encarceradas. Este tipo de pesquisa permite extrair informações *cross section* e retrospectivas sobre o curso de vida dos detentos e as suas famílias. No entanto, as principais limitações das informações obtidas são os erros de memória e aqueles que vem da falta de contato com os familiares, ou bem, de tabus relacionados às situações jurídicas, penais ou de saúde dos detentos e os seus parentes. Além disso, na operacionalização da pesquisa *survey* no sistema prisional é fundamental a autorização dos órgãos encarregados da administração desse sistema. Ademais, resulta importante considerar que devido ao contexto das prisões, nem sempre é possível conseguir uma amostra aleatória e representativa.

As informações coletadas mostraram que, segundo a amostra, a grande maioria da população carcerária da RMBH tem filhos (82% das mulheres e 68% dos homens). Também, descreveu-se o perfil dos pais e mães encarcerados(as): no geral, pessoas pertencentes às classes sociais mais pobres, de baixa escolaridade, negras, jovens, e com cerca de 2 filhos na média, -ademais uma boa porcentagem tem filhos enteados ou adotivos-.

A pesquisa sugere, então, que os filhos desses pais e mães encarcerados estão experimentando um acúmulo de desvantagens na experiência da infância, pois ao analisar seu *background* familiar, pode-se pensar em que além de experimentar a desigualdade de classe, e/ou da discriminação racial, esses filhos estão crescendo com a experiência de ter um ou ambos os genitores presos. Dessa forma, faz-se necessário aprofundar os estudos sobre parentalidade encarcerada e suas influências nos resultados dos filhos, em especial, na própria reprodução da criminalidade.

REFERÊNCIAS

AMARAL, C. & AGA, F. **Pesquisa: Sistema Prisional e Lei de Acesso à Informação**. Universidade de São Paulo, Faculdade de Direito de Ribeirão Preto. 2013.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Brasil tem terceira maior população carcerária do mundo**. CNJ, 2014. Disponível em: <www.cnj.jus.br>. Acesso em: 23 Jan. 2015.

DALLAIRE, D. H. Incarcerated mothers and fathers: A comparison of risks for children and families. **Family relations**, v. 56, n. 5, p. 440-453, 2007.

DEPEN. **Mulheres Presas - Dados Gerais**. Comissão Especial Projeto Mulheres. 2011. Disponível em: <<http://www.mj.gov.br/depem>>. Acesso em: 7 Ago. 2012.

FOSTER, H.; HAGAN, J. The mass incarceration of parents in America: Issues of race/ethnicity, collateral damage to children, and prisoner reentry. **The ANNALS of the American Academy of Political and Social Science**, v. 623, n. 1, p. 179-194, 2009.

GELLER, A. *et al.* Beyond absenteeism: Father incarceration and child development. **Demography**, v. 49, n. 1, p. 49-76, 2012.

GELLER, A.; GARFINKEL, I.; WESTERN, B. Paternal incarceration and support for children in fragile families. **Demography**, v. 48, n. 1, p. 25-47, 2011.

GUIMARÃES, C. A. G. O caso Minas Gerais: da atrofia do Estado Social à maximização do Estado Penal. **Revista Eletrônica de Ciências Jurídicas. RECJ**, v. 3, n. 06, 2006. Disponível Em: <<http://www2.mp.ma.gov.br/ampem/artigos/artigos2006/OCasoMinasGerai.RECJ.03.03-06.pdf>>. Acesso em: 12 Abr. 2014.

MUSUMECI, L., SOARES, B. M., BORGES, D., DE PESQUISA, A., DE SÁ, M. S., & DE FARIA SILVA, A. **Raça e gênero no Sistema de Justiça Criminal brasileiro: perfil dos operadores e da população carcerária**. 2004. Disponível em: <http://www.ucamcesec.com.br/wordpress/wp-content/uploads/2011/06/Raça-e-genero-no-SJC3_11.pdf>. Acesso em: 12 Out. 2012.

ORMEÑO, G. R. **Histórico Familiar de Mulheres Encarceradas: Fatores de Risco e Proteção para os Filhos**. Tese (Doutorado em Psicologia) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2013. Disponível em: <http://www.bdtd.ufscar.br/htdocs/tedeSimplificado/tde_arquivos/28/TDE-2013-08-01T080906Z-5445/Publico/5304.pdf>. Acesso em: 3 Mai. 2014.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Mapa do encarceramento: os jovens do Brasil**. Secretaria geral da Presidência da República e Secretaria Nacional de Juventude. Brasília, 2015.

POSADA, R. A. U. **Questões associadas ao encarceramento parental: uma análise das características da população de pais e mães encarcerados e da situação de seus filhos na Região Metropolitana de Belo Horizonte, 2014**. Dissertação de mestrado em demografia. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2015.

SEDS. **Secretaria de Estado de Defesa Social de Minas Gerais, Web Site**. <http://www.seds.mg.gov.br/> Acesso em: 22 Abr. 2016.

WESTERN, B.; WILDEMAN, C. The black family and mass incarceration. **The ANNALS of the American Academy of Political and Social Science**, v. 621, n. 1, p. 221-242, 2009.

WILDEMAN, C. Parental imprisonment, the prison boom, and the concentration of childhood disadvantage. **Demography**, v. 46, n. 2, p. 265-280, 2009.

WILDEMAN, C.; WAKEFIELD, S. Long Arm of the Law: The Concentration of Incarceration in Families in the Era of Mass Incarceration, The. **J. Gender Race & Just.**, v. 17, p. 367, 2014.

Bases de dados e documentos estatísticos

INFOPEN. Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN). **Sistema de Informações Penitenciárias (Infopen)**. 2012. Disponível em: <<http://portal.mj.gov.br/>>. Acesso em: 21 Out. 2014.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-85107-79-6

